



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA  
CURSO DE GRADUAÇÃO PEDAGOGIA**

**THAIS COSTA SILVA**

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E O ENSINO DAS HISTÓRIAS E CULTURAS DOS  
POVOS INDÍGENAS EM TOCANTÍNIA (TO)**

**MIRACEMA DO TOCANTINS, TO**

**2024**

**Thaís Costa Silva**

**Práticas pedagógicas e o ensino das histórias e culturas dos povos indígenas em  
Tocantínia (To)**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema para obtenção do título de licenciatura em pedagogia

Orientador (a): Professor Doutor Odilon Rodrigues de Moraes Neto

Miracema do Tocantins, TO

2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

S586p Silva, Thais Costa.  
Práticas pedagógicas e o ensino das histórias e culturas dos povos indígenas em Tocantínia (To). / Thais Costa Silva. – Miracema, TO, 2024.  
34 f.  
  
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2024.  
Orientador: Odilon Rodrigues de Moraes Neto  
  
1. Educação indígenas. 2. Lei 11.645/2008. 3. Educação intercultural. 4. Tocantínia do Tocantins. I. Título

**CDD 370**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

THAÍS COSTA SILVA

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E O ENSINO DAS HISTÓRIAS E CULTURAS DOS POVOS  
INDÍGENAS EM TOCANTÍNIA (TO)

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema Curso de Licenciatura em Pedagogia foi avaliado para a obtenção do título de licenciatura em pedagogia e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 13 / 09/ 2024

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Odilon Rodrigues de Moraes Neto- Orientador-UFT

---

Prof. Dra. Luciane Silva de Souza- Avaliadora- UFT

---

Prof. Msc. Edite Smikidi da Mata de Brito – CEMIX/SEDUC

## AGRADECIMENTOS

Terminar esta graduação é uma caminhada de cura interior, isso porque são poucas coisas na vida que me dão vontade de ir além. Tenho facilidade em deixar as coisas pela metade, isso é algo que carrego comigo desde sempre, se não me encanta não insisto muito. Com esse curso foi diferente, não deixou de ser desafiador, e muito menos foi fácil, mas desde as primeiras disciplinas, me vejo realizando o sonho de infância quando na roda de conversa eu dizia que queria ser professora, e retrucavam de volta, escolhe outra profissão. Até tentei, porém aqui estou eu. Com desejo, vontade e coragem, finalizar este curso não é só um mérito meu, se não fosse as presenças e incentivos diários, minha criança interior realizaria este sonho com um pouco mais de dificuldade. Por isso agradeço a todos que estiveram comigo nesta caminhada. Agradeço primeiramente a Deus, por me proporcionar saúde e força para vivenciar este momento, e por zelar e me proteger em cada dia da minha vida.

Agradeço a minha família, aos meus irmãos que estão ao meu lado compartilhando momentos de frustrações e alegrias, Thales Costa Silva, Thatielle Costa Silva, Thaisson Costa Silva, Pedro Lucas Costa Silva e Paulo Victor Costa Silva, por serem presentes na minha vida. Aos meus pais, Faustina Abade da Costa e Genivaldo Fernandes da Silva, por me incentivarem a estudar e por não medirem esforços para que eu chegasse até este momento. Agradeço aos meus tios, cujo seus exemplos de persistência e resiliência me incentivou a continuar e buscar realizar meus desejos, representados aqui por Lindalva Abade e Jairo Fernandes.

As colegas e companheiras de curso que me incentivaram e tive a alegria de dividir a jornada universitária, compartilhando momentos inesquecíveis dentro e fora da universidade.

A amizade virtual da qual não hesitei em procurar para reclamar da vida universitária em vários finais de semestre, Joanderson Campos.

Agradeço a todos os professores que estiveram presentes na minha graduação, em especial ao professor e orientador Odilon Moraes, por me aceitar como sua orientanda e contribuir significativamente para minha formação acadêmica.

Também expresso minha gratidão à Universidade Federal do Tocantins, que não apenas me proporcionou uma educação pública e de qualidade, mas que também forma diversos profissionais contribuindo para o desenvolvimento da sociedade.

## RESUMO

O ensino sobre os povos originários ainda é frequentemente baseado em métodos generalizados, tratando os indígenas como um grupo homogêneo. Este trabalho visa observar o impacto da Lei 11.645/2008 na inclusão da cultura e história indígena na educação básica do município de Tocantínia. A questão central é: como a Lei 11.645 tem influenciado a inclusão da temática indígena nas escolas de Tocantínia? Para responder a essa questão foram realizadas análise do Projeto Político Pedagógico, observações em sala de aula, aplicações de regências e elaboração de planos de aulas como propostas sobre a temática. Os autores Bessa Freire (2002), Collet et al. (2013), e André Demarchi e Odilon Morais (2015) foram utilizados para teorizar e embasar a discussão sobre o ensino da história e cultura dos povos indígenas, além de estereótipos e preconceitos presentes na sociedade. Os resultados indicam que, apesar de avanços na inclusão de conteúdos indígenas, ainda existem desafios significativos, como a falta de formação específica para os professores e a escassez de materiais didáticos adequados. Conclui-se que a Lei 11.645 tem promovido uma maior conscientização sobre a cultura indígena, mas a sua aplicação efetiva requer mais recursos e suporte. É crucial que as escolas, o sistema educacional e os órgãos governamentais se empenhem em proporcionar uma formação contínua para os educadores, bem como em desenvolver e disponibilizar materiais que representem adequadamente a riqueza e a diversidade das culturas indígenas. Apenas com um esforço conjunto e sistemático será possível garantir que o ensino da história e cultura indígena seja eficaz, respeitoso e verdadeiramente inclusivo, contribuindo para uma educação que celebre e reconheça a pluralidade cultural presente no Brasil.

**Palavras-chaves:** Educação indígena. Educação intercultural. Lei 11.645/2008.

## ABSTRACT

Teaching about indigenous peoples is still often based on generalized methods, treating indigenous people as a homogeneous group. This work aims to observe the impact of Law 11.645/2008 on the inclusion of indigenous culture and history in basic education in the municipality of Tocantínia. The central question is: how has Law 11.645 influenced the inclusion of indigenous themes in schools in Tocantínia? To answer this question, an analysis of the Pedagogical Political Project, classroom observations, applications of regencies and preparation of lesson plans as proposals on the theme were carried out. The authors Bessa Freire (2002), Collet et al. (2013), and André Demarchi and Odilon Morais (2015) were used to theorize and support the discussion about the teaching of the history and culture of indigenous peoples, as well as stereotypes and prejudices present in society. The results indicate that, despite advances in the inclusion of indigenous content, there are still significant challenges, such as the lack of specific training for teachers and the scarcity of adequate teaching materials. It is concluded that Law 11.645 has promoted greater awareness about indigenous culture, but its effective application requires more resources and support. It is crucial that schools, the education system, and government agencies strive to provide continuous training for educators, as well as to develop and make available materials that adequately represent the richness and diversity of indigenous cultures. Only with a joint and systematic effort will it be possible to ensure that the teaching of indigenous history and culture is effective, respectful and truly inclusive, contributing to an education that celebrates and recognizes the cultural plurality present in Brazil.

**Key-words:** Indigenous education. Intercultural education. Law 11.645/2008.

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Manifestação da Cultura Akwê Xerente .....	20
Figura 2 - Exposições .....	24
Figura 3 - Clãs da cultura xerentes .....	28
Figura 4 - Confeccionando de braceletes com o grafismo xerentes .....	28
Figura 5 - Braceletes prontos .....	29

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

UFT	Universidade Federal do Tocantins
EI	Educação Infantil
EF I	Ensino Fundamental I
EF II	Ensino Fundamental II
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PPP	Projeto Político Pedagógico

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>2</b>	<b>EDUCAÇÃO MULTICULTURAL E A VALORIZAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA NO ENSINO .....</b>	<b>13</b>
<b>2.1</b>	<b>Projeto Político Pedagógico .....</b>	<b>15</b>
<b>2.2</b>	<b>Teoria e prática: a presença das temáticas indígenas no estágio supervisionado</b>	<b>17</b>
<b>3</b>	<b>DA TEORIA À PRÁTICA: PLANEJAMENTO E REGÊNCIA COM FOCO NOS POVOS XERENTES .....</b>	<b>23</b>
<b>3.1</b>	<b>Promovendo a continuidade da educação indígena em sala de aula.....</b>	<b>29</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>32</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>34</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Residente de Tocantínia, onde a maioria da população é indígena, eu me vi completamente desinformada sobre os povos originários ao ingressar na universidade e me deparar com a disciplina de sociologia da educação, ministrada pelo professor Odilon. Foi no curso que fui apresentada ao artigo "Cinco ideias equivocadas sobre os indígenas" (Bessa Freire, 2002), e percebi a brutalidade das informações que havíamos sido ensinadas até então durante a educação básica.

Lembro-me de expressar em sala de aula o sentimento de engano que permeou minha vida escolar, pois a cultura e a história indígena não eram abordadas de forma realista. Ao longo de minha trajetória educacional, o ensino sobre a cultura e a história dos povos indígenas foi tratado de maneira superficial, muitas vezes limitando-se ao dia 19 de abril, quando as escolas preparavam atividades pontuais, sem contexto somente para abordar a temática.

Mesmo sem ter recebido uma base sólida sobre a história indígena, na educação básica, sempre nutrir uma profunda admiração por esses povos, cuja presença é mais antiga que a própria história do país. À medida que avançava na graduação, meu interesse por essa área de pesquisa crescia proporcionalmente.

Desde os primeiros semestres, já surgia em mim a preocupação com o tema da minha futura monografia, e ao revisar algumas anotações, deparei-me com sugestões de pesquisas relacionadas à cultura indígena. Isso demonstra que, apesar de me deparar com diversos temas relevantes para a pesquisa, a preocupação com a história que é negligenciada na educação básica ainda persistia em mim, e isso me provocava a explorar mais a fundo esse campo de conhecimento tão importante e muitas vezes esquecido.

Portanto, o presente projeto consiste em uma pesquisa sobre a implementação da Lei 11.645 de 2008 na educação básica do município de Tocantínia. Reconhecendo que o conhecimento sobre a história e cultura dos povos originários é fundamental para combater o preconceito e os equívocos em relação aos povos indígenas, o tema da pesquisa foi delimitado como " Práticas pedagógicas e o ensino das histórias e culturas dos povos indígenas em Tocantínia (To)".

Esta monografia apresenta uma análise do estágio curricular supervisionado realizado em uma escola municipal na cidade, tendo como objetivo geral examinar a educação intercultural na cidade. Os objetivos específicos são: analisar o projeto político pedagógico da escola municipal professor Constantino Pedro de Castro, observar como a temática indígena está sendo abordada na escola; descrever as metodologias empregadas nas aulas relacionadas

aos povos indígenas e propor sugestões de atividades que possam ser implementadas em sala de aula.

A delimitação desse tema foi influenciada pelas temáticas discutidas ao longo do curso de pedagogia, especialmente nas disciplinas de sociologia (primeiro período), antropologia (segundo período) e educação escolar indígena (quinto período).

Este estudo reveste-se de uma grande importância para o sistema socioeducativo do país, dada a imensa diversidade étnica e cultural que o caracteriza. Em um território onde várias etnias coexistem, os povos originários frequentemente permanecem à margem da sociedade, relegados ao desconhecimento. Assim, a obtenção de um conhecimento aprofundado sobre esse tema se torna não apenas relevante, mas essencial, pois contribui diretamente para o combate ao racismo, que muitas vezes gera hostilidade em relação aos povos indígenas.

Ao promover a implementação efetiva da Lei 11.645/2008 na educação básica, especialmente em um município como Tocantínia, onde a presença indígena é significativa, este estudo não apenas enriquece o currículo escolar, mas também fortalece os laços de respeito, compreensão e valorização da diversidade cultural, fundamentais para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Além disso, é crucial ressaltar que o estudo da Lei 11.645 representa um passo significativo na promoção da conscientização acerca das ricas culturas e histórias dos povos indígenas. Esta legislação não apenas prioriza a inclusão do estudo das culturas indígenas nos currículos escolares, mas também enfatiza a importância do respeito e da valorização das tradições desses povos.

Tal abordagem não apenas combate o ódio e a ignorância, mas também fomenta a valorização da diversidade cultural como um ativo fundamental para a nação brasileira. Assim, ao implementar efetivamente a Lei 11.645/2008 na educação básica, estamos não apenas enriquecendo o conhecimento dos estudantes, mas também cultivando valores de respeito, empatia e apreciação pela pluralidade cultural, essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A Lei representa um marco importante na promoção da diversidade cultural no ambiente escolar brasileiro, especialmente no que diz respeito à conscientização, valorização e respeito pelas culturas indígenas. Esta legislação estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas de ensino fundamental e médio de todo o país, ampliando assim o reconhecimento e a inclusão desses conteúdos nos currículos escolares.

Em relação à conscientização, a implementação dessa lei tem um impacto significativo ao proporcionar aos estudantes a oportunidade de aprender sobre a diversidade cultural do

Brasil desde os anos iniciais de sua formação educacional. Ao incluir conteúdos sobre história e cultura indígenas, os alunos são expostos a uma visão mais ampla da sociedade brasileira, reconhecendo a importância dos povos indígenas na construção do país e compreendendo melhor suas lutas, tradições e contribuições para a cultura nacional.

Por fim, é imprescindível ressaltar que a pesquisa sobre a implementação da Lei 11.645 no ensino básico de Tocantínia, um município com uma forte presença dos Xerente, desempenha um papel crucial na garantia de que a educação na cidade seja mais inclusiva, equitativa e antirracista. Ao abordar essa questão, podemos avançar significativamente em direção a um sistema educacional que não apenas reconhece a diversidade de sua população, mas também a incorpora e a integra de maneira efetiva no currículo escolar.

Considerando a ampla gama de recursos disponíveis para pesquisa sobre o tema, foi realizada uma investigação abrangente em plataformas como Scielo, Google Acadêmico e no repositório de monografias da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Além disso, o orientador indicou alguns artigos e livros pertinentes ao assunto, fornecendo um suporte valioso para o desenvolvimento do estudo. Esses recursos serão fundamentais para embasar a análise da implementação da Lei 11.645 no contexto específico de Tocantínia, fornecendo compreensão para promover uma educação mais inclusiva e consciente das diversidades culturais presentes em nosso país.

Conforme apontado pela autora Collet et al. (2013), ainda persistem ideias racistas no ambiente escolar, contra os povos indígenas. A legislação surge como um instrumento para combater essas práticas discriminatórias. Bessa Freire (2002) destaca, ao abordar ideias equivocadas sobre os índios, a nociva concepção do "índio genérico", que pressupõe uma homogeneidade cultural entre os indígenas, ignorando suas diversas culturas, línguas e tradições. Essa noção preconceituosa se relaciona com outras ideias disseminadas, como a visão de culturas indígenas como "atrasadas" ou "congeladas", relegando os indígenas a um passado distante, enquanto o brasileiro contemporâneo não se identifica como indígena.

O preconceito arraigado em relação aos povos indígenas está enraizado na história do Brasil desde seu descobrimento, como ressaltado por André Demarchi e Odilon Morais (2015). Esses autores enriquecem o debate ao expor outras ideias equivocadas perpetuadas na sociedade, como a falácia de que todos os indígenas são preguiçosos ou a crença de que há abundância de terras para poucos indígenas. Tais concepções foram historicamente construídas para perpetuar um racismo estrutural. Portanto, a questão que orienta essa pesquisa é investigar como a Lei 11.645 tem impactado a inclusão da cultura e história indígena na educação básica do município de Tocantínia? Essa problemática é essencial para compreendermos os avanços e

obstáculos na promoção de uma educação mais inclusiva e respeitosa da diversidade cultural no contexto educacional local.

## **2 EDUCAÇÃO MULTICULTURAL E A VALORIZAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA NO ENSINO**

Uma abordagem multicultural em sala de aula é de grande relevância para a formação de cidadãos reflexivos e críticos em relação à realidade em que vivem, capazes de compreender a realidade e contribuir para uma sociedade mais igualitária e inclusiva. Esse enfoque é particularmente significativo em cidades como Tocantínia, que presença Akwẽ xerente é uma parte fundamental da cidade, onde existe mais de 100 comunidades indígenas.

Para Freire (1987), a educação deve partir de temas geradores, elementos do cotidiano dos alunos que servem como ponto de partida para a construção do conhecimento. Em uma das observações realizadas em sala de aula, a professora utilizou o texto sobre alimentos do casamento indígena Xerente como tema gerador, relacionando o aprendizado à realidade vivida pelos estudantes. Tal prática não só facilita a compreensão dos conteúdos, mas também valoriza e respeita a cultura dos alunos, promovendo um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e significativo.

A Lei de nº 11.645/2008 vêm com a perspectiva de tornar obrigatória a inclusão da cultura dos povos afro-brasileiros e indígenas nos currículos escolares. Essa legislação visa garantir que esses temas sejam abordados continuamente e de forma integrada, não apenas em datas comemorativas específicas, como o Dia do Índio (19 de abril) ou o Dia da Consciência Negra (20 de novembro).

Nesse sentido, a inclusão permanente desses conteúdos no currículo tem como objetivo eliminar estereótipos e preconceitos. Nas escolas é importante o combate a estereótipos como a visão de que os povos indígenas vivem exclusivamente na floresta ou perdem sua identidade ao se mudarem para áreas urbanas. Collet (2014) ressalta que tais visões reducionistas e preconceituosas obscurecem a rica diversidade e a complexidade das culturas indígenas contemporâneas.

Essas ideias são discutidas por Freire (2002) que afirma ser importante discutir esses preconceitos pois sem eles não podemos entender o Brasil contemporâneo, e que é preciso conhecer de forma correta as histórias dos povos indígenas. Isso não apenas corrige erros históricos, mas também oferece uma reparação histórica fundamentada em bases mais democráticas para a construção de uma sociedade consciente e justa.

Preconceitos esses recorrentes na nossa sociedade, que foram transmitidos de uma forma horrenda para as pessoas. Um ensino distante da realidade, pois foram enraizados

preconceitos que são passados de geração em geração, como é possível ver nas falas da população tocantiniense.

Exemplos desses estereótipos incluem a ideia racista de que todos os indígenas bebem ou andam bêbados, que são ladrões, ou que preferem viver no mato porque seriam selvagens e inferiores, desumanizando-os. Outros ainda acreditam que os indígenas não trabalham ou não sabem se sustentarem. Esses pensamentos simplificam e ignoram os impactos do genocídio e da colonização ainda presente nas práticas sociais da maioria da população.

Nesse sentido é essencial reconhecer que os povos indígenas são extremamente diversos, com culturas, línguas e modos de vida variados. Não se pode generalizar o comportamento de um grupo tão heterogêneo com base nas ações de alguns indivíduos. Comportamentos negativos existem em todas as culturas e comunidades, e não são exclusivos de um grupo específico.

As causas desses comportamentos muitas vezes estão ligadas a questões socioeconômicas, falta de oportunidades e marginalização histórica. Esses estereótipos são generalizações simplificadas sobre um grupo de pessoas, que não levam em conta as diferenças individuais e frequentemente são baseadas em preconceitos.

Freire (2002), apresenta a existência de ideias equivocadas que temos sobre os povos indígenas, como: 1) o índio genérico; 2) culturas atrasadas; 3) culturas congeladas; 4) os índios pertencem ao passado; 5) o brasileiro não é índio.

A ideia do "índio genérico" simplifica e generaliza a diversidade de culturas e variedades de língua e tradições do modo de vida dos povos indígenas. A noção de "culturas atrasadas" vê as culturas indígenas como menos desenvolvidas ou inferiores às culturas ocidentais, desconsiderando suas complexidades, conhecimentos e contribuições únicas para a humanidade.

A crença em "culturas congeladas" sugere que as culturas indígenas são estáticas e imutáveis, incapaz de se transformar com a passagem do tempo, sugerindo assim uma ideia horrenda de que os povos indígenas não modifiquem seu modo de viver. A ideia de que "os índios pertencem ao passado" é ignorar sua presença, relevância e contribuições no contexto contemporâneo. A afirmação de que "o brasileiro não é índio" nega as raízes indígenas na identidade nacional brasileira, apagando a herança indígena e a influência contínua dos povos indígenas na formação da sociedade brasileira.

André Demarchi, e Odilon Moraes (2015), abordam outras ideias que perpetuam no pensamento da população, como: o "índio é preguiçoso"; o cidadão indígena é um "hiper cidadão", pois teria mais direitos que outro cidadão não-indígena perante a Constituição

Federal; "existe muita terra para pouco índio"; o "índio é camponês"; e, que a presença de terras indígenas é um "atraso para o desenvolvimento" dos municípios que estão ao seu redor.

Esses pensamentos são preconceitos que permanecem na sociedade, são ideias que precisam ser desconstruídas e isso envolve questionar nossos próprios valores, e o modo como nossa história e cultura foram construídas e ensinadas. Compreender a diversidade indígena nos oferece uma oportunidade de reavaliar nossa identidade.

Isso vai além de uma questão cultural, é uma questão de direitos humanos e justiça social que afeta toda a sociedade, independentemente de etnia. Collet (2014), afirma que isso envolve toda a sociedade, indígenas e não indígenas, pois está relacionado à intolerância ao diferente e à persistência de ideologias evolucionistas, integracionistas e racistas que deveriam estar superadas em um estado democrático.

## **2.1 Projeto Político Pedagógico**

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento fundamental que orienta a gestão e a prática pedagógica das escolas, refletindo seus objetivos, valores e compromissos com a formação integral dos estudantes. Mais do que um simples plano, o PPP é a expressão coletiva das intenções da comunidade escolar, pautando-se na construção de uma educação democrática, inclusiva e capaz de dialogar com a diversidade cultural presente na sociedade brasileira.

Nesse contexto, a inclusão da temática indígena no PPP é essencial para promover o respeito, o reconhecimento e a valorização dos povos originários do Brasil, assegurando que suas histórias, culturas e contribuições sejam devidamente contempladas no ambiente escolar. A análise do PPP das escolas permite identificar como esses aspectos são abordados e revela os desafios e avanços na construção de um currículo que, de fato, integre a pluralidade cultural e combata estereótipos e preconceitos contra os povos indígenas.

De acordo com a Lei De Diretrizes e bases (LDB 9.394/96) em seu artigo 15, deixa explícito: Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. É possível observar que as escolas têm autonomia e responsabilidade para desenvolver um currículo que inclua a diversidade e cultura da sociedade.

É o PPP que expressa a identidade da unidade escolar, pois é no projeto que está explícito as ideias e intenções a serem realizadas no ano letivo. Nele, são definidos os princípios pedagógicos, as metas educacionais, as metodologias de ensino e as ações que refletem o

compromisso da escola com a formação integral dos alunos.

Nessa perspectiva, o Projeto Político Pedagógico vai além de um documento burocrático; ele não é apenas um conjunto de planos e atividades que, após elaborado, é arquivado ou enviado às autoridades educacionais. Pelo contrário, o PPP é construído de forma contínua e vivenciado diariamente por todos os que participam do processo educativo da escola, refletindo uma prática viva e ativa que orienta o cotidiano escolar (VEIGA, 1998).

Diante disso, proponho analisar o PPP da escola em questão para verificar se ele aborda de forma inclusiva temas relacionados aos povos indígenas e suas culturas. Essa análise busca entender como a escola está trabalhando a temática indígena e suas culturas, verificando se o PPP contempla adequadamente os requisitos da Lei 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas.

Foi feita a análise do PPP da unidade Professor Pedro Constantino de Castro, escola municipal de Tocantínia-TO, unidade escolar que decorro no texto, a qual descrevo observações e regência. Dessa forma, será abordado de forma sucinta apenas ao que se refere a implementação e abordagem da lei 11.645/08

De acordo com o Projeto Político Pedagógico, a escola tem por objetivo se tornar referência, a nível local e regional, por seu sucesso acadêmico, pela qualidade de do ambiente interno e pela satisfação das famílias.

Como função, visão e propósito a escola tem como missão, ofertar o Ensino Fundamental Anos Iniciais, proporcionando um ambiente acolhedor e estimulante para o ciclo de alfabetização. A escola busca cumprir os direitos de aprendizagem, como ler, escrever, e desenvolver habilidades matemáticas, articuladas com o Documento Curricular do Tocantins (DCT). Com a visão de ser reconhecida pela qualidade em leitura, escrita, interpretação e raciocínio lógico-matemático, a escola se compromete a oferecer uma alfabetização de excelência.

Ao relatar a caracterização dos discentes, relata a presença de alunos indígenas na unidade, e que devido à cultura e especificidades alguns alunos chegam com dificuldades em entender o português e assim ficam prejudicados na alfabetização.

Dando seguimento, o documento reconhece a diversidade cultural, e que as formações continuadas, consideram um ensino intercultural, além disso as formações buscam integrar os profissionais, do município, zona rural e área indígena.

A unidade oferta jornada ampliada no contraturno das aulas, isto é, é ofertado atividades complementares no período vespertino. São oferecidos: Estudo Dirigidos, Leitura Viva, Educação Cultural Indígena Akwê, Educação Ambiental, Jogos desportivos e Educação

Musical. Outro ponto importante, a escola conta com a presença de um professor indígena, ao qual possui o ensino médio completo e atua com carga horária de 40 horas na jornada ampliada.

Em resumo, conclui-se que o PPP da escola, apesar de não detalhar explicitamente as estratégias para a aplicação da Lei 11.645/2008, demonstra um compromisso com a inclusão intercultural através de iniciativas como as formações continuadas e as atividades complementares que abordam a cultura indígena Akwê. A presença de um professor indígena e a oferta de atividades extracurriculares enriquecem a abordagem cultural da escola.

No entanto, para garantir que todos os alunos tenham acesso a um ensino que respeite e valorize a diversidade cultural de forma sistemática e estruturada, é essencial que o PPP seja revisado e atualizado. A inclusão de uma abordagem mais clara e detalhada sobre a implementação da Lei 11.645/2008 permitirá à escola atender de maneira mais efetiva às necessidades educacionais e culturais de seus alunos, promovendo a inclusão e o reconhecimento das contribuições dos povos indígenas e afro-brasileiros para a formação da sociedade.

Portanto, recomenda-se que a escola desenvolva estratégias específicas para integrar a história e a cultura dos povos indígenas em seu currículo de maneira consistente, assegurando que essa integração reflita um compromisso real com a diversidade cultural e a inclusão, alinhando-se plenamente aos objetivos da Lei e aos princípios que orientam o Projeto Político Pedagógico.

## **2.2 Teoria e Prática: A presença das temáticas indígenas no estágio supervisionado**

O estágio supervisionado oferece ao graduando a possibilidade de adentrar à escola como uma experiência em sala de aula ímpar na caminhada universitária. Os estágios oferecidos no curso de graduação ajudam o discente a se preparar para o que encontrará em seu futuro ambiente de trabalho.

O estágio desempenha um papel essencial na formação profissional, pois permite aos estudantes identificarem e integrarem a parte prática e teórica do curso. Como destaca Pimenta (1994), citado por Pimenta e Lima (2017), o estágio é uma atividade teórico-prática, não podendo separar uma da outra. Para a autora, o estágio teórico-prática dá acesso ao estagiário a uma realidade escolar e de gestão educacional. Participar do estágio é uma etapa fundamental para os estudantes se prepararem para exercer sua futura profissão, combinando teoria e prática.

Ao ingressar na escola como estagiário, o estudante tem a chance de experienciar a dinâmica da sala de aula, interagir com os alunos e enfrentar desafios que só podem ser

encontrados no ambiente escolar. Esse contato direto com a prática pedagógica ajuda o estudante a compreender melhor o que é ser um profissional da educação e a desenvolver habilidades essenciais para o exercício da profissão.

É no estágio que o estudante faz uma relação real entre a teoria e a prática para assim aprimorar e redirecionar suas metodologias. É a práxis em ação na caminhada do discente. Para Pimenta e Lima (2004), o estágio supervisionado torna-se o eixo central na formação acadêmica, pois é através do estágio que o estudante tem acesso ao conhecimento indispensável para a construção da identidade e dos saberes do cotidiano.

O estágio tem como objetivo aproximar o aluno da realidade na qual ele irá atuar profissionalmente. Essa aproximação deve ser conduzida por uma práxis crítica, que não apenas observe a realidade, mas que também busque transformá-la. Complementando essa visão, Pimenta (1994), citado por Pimenta e Lima (2017), reforça que o estágio é uma atividade teórica que instrumentaliza o futuro professor para compreender e intervir de maneira crítica e transformadora na realidade educacional.

Ao aproximar o aluno da realidade educacional e conduzi-lo a uma práxis crítica, o estágio proporciona uma oportunidade única de refletir sobre a prática e desenvolver habilidades para intervir de maneira transformadora na educação. Essa integração entre teoria e prática é fundamental para preparar o professor não apenas como um executor de métodos, mas como um agente crítico capaz de compreender e transformar o contexto escolar e a realidade educacional em que atua.

Durante o curso de pedagogia, tive a oportunidade de realizar múltiplos estágios supervisionados, cada um deles contribui significativamente para a minha formação profissional e para observar a compreensão do ensino da história e cultura dos povos indígenas na educação básica.

No decorrer do curso de pedagogia realizou-se três (3) estágio supervisionado, em duas cidades: Miracema, onde tive a oportunidade de estagiar na Educação Infantil (EI), e no Ensino Fundamental I (EF I), e em Tocantínia, no Ensino Fundamental II (EF II). Cada estágio me proporcionou um olhar diferenciado sobre as temáticas indígenas abordadas ou não na escola.

É possível observar que existem obstáculos a serem superados para que tenhamos um ensino intercultural presente na sala de aula. No primeiro estágio na Educação Infantil a temática sequer foi abordada, o primeiro dia de estágio aconteceu em 19 de abril de 2023, e só houve um espanto por parte da professora: ah, hoje é “dia do índio”. No segundo estágio, no Ensino Fundamental I, não foi diferente, ocorrido no segundo semestre do mesmo ano, a temática não foi abordada na sala de aula.

Entretanto, no Ensino Fundamental II, em Tocantínia, observei um contexto diferente, embora ainda limitado. Como o estágio ocorreu no primeiro semestre do ano, a temática indígena estava presente na sala de aula como parte do conteúdo. No entanto, não foram observados materiais específicos à disposição para enriquecer o ensino dessa temática.

Os relatos a seguir são baseados em um único estágio, onde tive a oportunidade de observar e vivenciar práticas pedagógicas voltadas à educação indígena. Essa experiência proporcionou uma visão significativa sobre as abordagens educativas empregadas em relação à temática indígena.

Este trabalho apresenta uma análise detalhada do estágio realizado em Tocantínia, com o objetivo geral de examinar a educação intercultural nessa localidade. Os objetivos específicos são: observar como a temática indígena está sendo abordada na escola, descrever as metodologias empregadas nas aulas relacionadas aos povos indígenas e propor sugestões de atividades que possam ser implementadas em sala de aula.

Diante disso, houve uma apresentação à escola, na qual me apresentei como estagiária da Universidade Federal do Tocantins (UFT), após a organização dos documentos necessários foi possível retornar nos dias seguintes para iniciar as observações e em sequência as regências (5 observações, 5 regências).

Houve nesse instante uma observação da instituição e foi possível notar a presença de palavras escritas na língua materna do povo Xerente. Essa prática reflete o compromisso com a preservação da cultura e identidade do povo indígena no ambiente escolar. Isso está alinhado com a lei municipal nº 411/2012, que torna a língua Akwẽ co-oficial, ao lado do português.

A co-oficialidade significa que a língua Akwẽ deve ser reconhecida e utilizada oficialmente em espaços públicos, como escolas e meios de comunicação, sendo obrigatório incentivar e apoiar o seu uso. Dessa forma, a lei busca fortalecer a valorização da língua e cultura do povo Xerente.

A turma observada foi o 3º ano do ensino fundamental. A turma é composta por 28 alunos, tendo 7 indígenas presentes. A primeira observação foi feita no dia 08/04, antes de iniciar a aula todos os alunos da escola foram encaminhados para o momento cívico, um momento de aviso e interação, após, os alunos são encaminhados para a sala de aula para iniciar as atividades.

As observações seguintes foram feitas entre os dias 09 e 22 de abril. Durante as observações de estágio, pude acompanhar de perto o desenvolvimento das aulas nas disciplinas de matemática e português, que foram focadas no estudo das unidades, dezenas e centenas, e na leitura, escrita e interpretação de textos, respectivamente. Foi evidente que as crianças

enfrentavam dificuldades em absorver os conteúdos apresentados. Muitas vezes, era necessário retornar às atividades anteriores para reforçar o aprendizado.

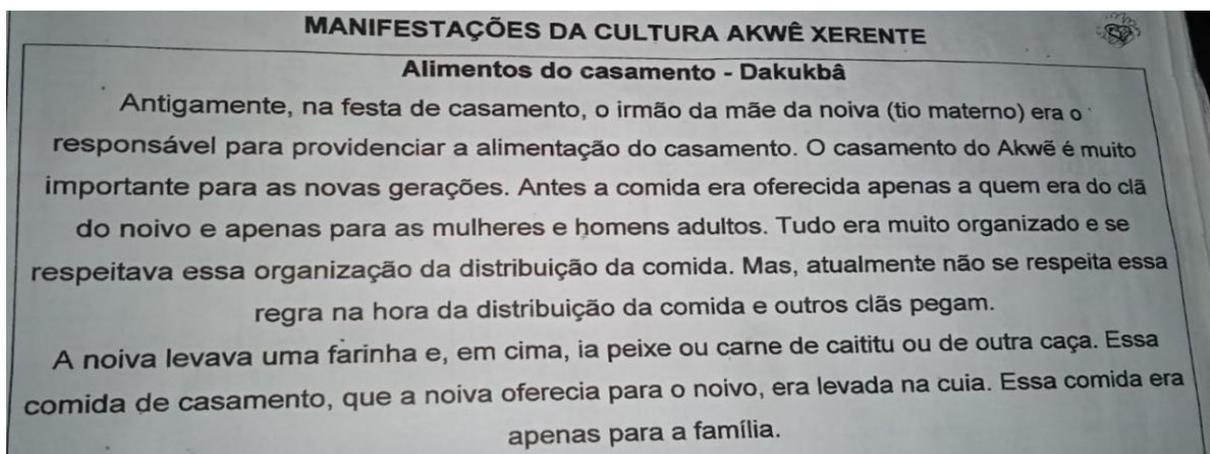
Por estarmos em abril, mês dedicado aos povos indígenas, a escola através do programa leitura viva homenageou os povos originários. Cada turma ficou responsável por estudar sobre um tema da cultura indígena e elaborar uma atividade: teatro, música, entre outros para serem apresentadas na semana dos povos indígenas.

Nesse sentido, a professora da turma, aplicou uma temática que abordava os alimentos que são ofertados durante as festividades de casamentos indígenas nas aldeias. Usou-se um texto impresso com a turma com o título de “Alimentos do casamento – DAKUKBÂ”.

Segundo o dicionário escolar xerente (1994), Dakukbâ significa, cerimônia nupcial. Portanto, refere-se ao conjunto de rituais e cerimônias realizados durante o casamento. É o evento formal e tradicional onde ocorre a união de duas pessoas em matrimônio, e pode incluir várias práticas como votos matrimoniais, troca de alianças, celebração religiosa ou civil, e outras tradições específicas de acordo com a cultura ou religião dos noivos. A cerimônia nupcial marca o início oficial da vida conjugal do casal.

Para esclarecimentos da atividade proposta pela docente de sala, abaixo a imagem do texto usado na aula.

Figura 1 - Manifestação da Cultura Akwê Xerente



Fonte: Registrada pela autora (2024)

A abordagem da professora ao levar para a sala de aula um texto sobre a alimentação no casamento indígena, em particular do povo xerente, evidenciou o interesse dela em compartilhar uma realidade vivida pelos alunos, já que muitos são indígenas e não indígenas que residem em um município onde há terras indígenas xerente. O conteúdo desencadeou um

diálogo produtivo na turma, na qual os estudantes demonstraram interesse e puderam interagir, trazendo informações de seu dia a dia.

Além disso, promoveu um diálogo intercultural sobre as etnias indígenas, os alunos passaram a perceberem a individualidade de cada povo, o que contribui para desconstruir a ideia do "índio genérico" mencionada por Freire (2002).

É importante para que os estudantes compreendam a vasta diversidade cultural, linguística e histórica dos povos originários. A compreensão das especificidades de cada etnia não apenas amplia o conhecimento, mas também desenvolve empatia e respeito, o que é fundamental para superar preconceitos enraizados por séculos na sociedade. Dessa forma, a escola, enquanto pilar do aprendizado, estimula a curiosidade dos alunos, promovendo uma busca ativa por conhecimento que muitas vezes não ocorreria sem uma intervenção escolar apropriada

A abordagem de temas relacionados aos povos indígenas reforça a importância da representatividade e do respeito às diferentes culturas presentes na comunidade escolar. A presença de alunos xerente na sala de aula, compartilhando suas vivências e conhecimentos, enriqueceu o ambiente educacional e promovendo maior compreensão e valorização da diversidade cultural.

A intervenção da professora sobre as possíveis mudanças na tradição, destacando que as mudanças ocorrem e isso não desfaz a tradição. Ela enfatizou que as culturas indígenas não ficam paradas no tempo; elas evoluem e se adaptam às novas circunstâncias, incorporando elementos contemporâneos enquanto preservam seus valores e práticas essenciais. Essa perspectiva ajuda os alunos a entenderem que as culturas indígenas são dinâmicas, evoluindo constantemente enquanto mantêm sua essência.

As atividades desenvolvidas sobre o texto foram relacionadas a escrita de um texto pessoal onde os alunos teriam que abordar os rituais do casamento. Alguns tiveram dificuldades em elaborar a escrita, por não conseguirem imaginar uma história, nesse momento um dos alunos disse que não conseguiria, e a turma o abordou dizendo que para ele seria mais fácil, por ele ser indígena. Em um diálogo perguntei a ele se já tinha participado de um casamento indígena e que ele poderia descrever o que ele lembrava e utilizar o texto como base.

Ao questionar o aluno sobre suas experiências vividas, como por exemplo, se já havia participado de um casamento, o objetivo era que ele buscasse em suas vivências pessoais as experiências relevantes para elaborar a atividade. Paulo Freire (1989), enfatiza a importância da leitura do mundo, isto é, que a aprendizagem parte da realidade do aluno. Nessa experiência, o aluno pôde recorrer a memórias pessoais para auxiliá-lo.

Por fim, a atividade promovida em sala de aula efetivamente integrou a cultura xerente ao processo educativo, levando os estudantes a não apenas compreenderem, mas também a respeitarem a diversidade cultural presente em seu município. A professora foi além da simples transmissão de informações, criando um ambiente propício à reflexão, ao diálogo e à interação entre os alunos, o que resultou em uma aprendizagem mais integrada.

Diante disso, após a conclusão das observações e as análises bibliográficas, parti para a elaboração da regência.

### **3 DA TEORIA À PRÁTICA: PLANEJAMENTO E REGÊNCIA COM FOCO NOS POVOS XERENTES**

A regência foi fundamentada em conhecimentos básicos sobre as etnias do estado do Tocantins, trazendo de forma introdutória dados sistematizados tais como: quem são, e onde vivem, com foco nos povos xerentes, abordando a cultura, o modo de vida, a população e o grafismo.

Na elaboração da aula, foram utilizadas metodologias participativas que incentivaram a interação dos alunos e a construção coletiva do conhecimento. Além das perguntas iniciais para avaliar o conhecimento prévio, foram apresentadas imagens impressas e dados sobre as comunidades indígenas. Essas abordagens visaram proporcionar uma visão mais autêntica e realista sobre a vida e a cultura desses povos.

É possível observar que os alunos têm conhecimento prévios sobre os povos indígenas, sejam elas transmitidos pela escola ou pela sociedade, cabendo a educação direcionar e aprofundar esse conhecimento, corrigir equívocos e promover uma compreensão mais precisa e respeitosa.

Durante as atividades, foram notadas o quanto os alunos se interessaram pelo conteúdo proposto. Ao abordar as etnias do estado, muitos se mostraram surpresos com a quantidade de etnias diferentes. A população akwe também chamou atenção, pois constataram que há mais indígenas do que não indígenas na cidade, o que eles não imaginavam.

Um outro fator bastante relevante, foram as participações dos próprios alunos xerentes, que contestavam os preconceitos dos colegas e traziam a todo momento informações para agregar a aula. Um exemplo disso foi quando disseram a que clãs pertenciam, ou quando trouxeram a informação de que em caso de separação dos pais, o filho fica com o pai, o que agregou a discussão da criança herdar a pintura pertencente à família paterna.

Essa contribuição dos alunos indígenas não apenas enriquece o conteúdo da aula, mas também promove um ambiente de aprendizado mais inclusivo e respeitoso. Ao trazerem suas experiências e conhecimentos culturais, eles ajudavam a construir pontes entre diferentes perspectivas e a desconstruir estereótipos. Além disso, essa interação ativa incentivava os demais estudantes a valorizar e respeitar a diversidade cultural presente na sala de aula, fomentando um espaço educacional mais harmonioso e aberto ao diálogo.

As discussões foram produtivas, os alunos puderam refletir sobre seus preconceitos e estereótipos, manifestando a necessidade de uma mudança de perspectiva. Essa interação revelou o potencial transformador da educação quando abordada de maneira inclusiva e

informativa.

A partir desta aula, pôde-se observar a necessidade de aulas complementares; ou seja, a temática indígena precisa estar presente como tema gerador para uma abordagem transdisciplinar, com um conteúdo contínuo ao longo do ano letivo. É fundamental que essa inclusão não se limite a eventos ou datas comemorativas, mas que se integre de forma sistemática ao currículo escolar. Esse processo contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e respeitosos com a diversidade cultural, além de reparar a invisibilidade histórica dessas populações.

Elaborar o plano de aula foi uma tarefa desafiadora devido à falta de informações, conhecimento e dificuldades mesmo com o referencial teórico em mãos. Esse processo gerou muita ansiedade e preocupação, principalmente pelo medo de transmitir informações erradas ou não conseguir responder adequadamente às perguntas dos alunos.

O planejamento é uma parte fundamental da aula, pois proporciona a confiança necessária ao docente para abordar os conteúdos e o prepara para lidar com as diversas situações que possam surgir durante a aula. Um bom planejamento permite que o professor estruture suas atividades de maneira lógica e coesa. Para Libâneo (2006), o planejamento é um meio para programar as ações docentes, previsão das atividades didáticas, elaboração dos objetivos, estratégia de ensino, avaliação e acompanhamento do aprendizado dos alunos.

Além disso, estar bem preparado com um plano de aula detalhado ajuda a antecipar possíveis dificuldades e a pensar em estratégias para manter o engajamento dos alunos. Assim, o planejamento não só facilita o processo de ensino-aprendizagem, mas também contribui para um ambiente de aula mais organizado e produtivo, onde tanto o professor quanto os alunos podem se beneficiar de uma experiência educacional mais enriquecedora. A indecisão sobre quais conteúdos abordar na sala de aula me levou a pesquisar diferentes temas e a refletir sobre quais seriam mais relevantes para a turma. O objetivo era provocar nos alunos uma reflexão sobre o que já sabem e o que poderiam aprender com a aula. Collet et all (2014) destaca que as escolas ainda ensinam uma visão generalizada e estereotipada dos povos indígenas, similar ao ensino dos anos 1960. Essa visão inclui:

O “índio” como um ser vinculado ao passado, com alguma presença significativa somente na formação da colônia e na constituição do “povo brasileiro”; o “índio” como um genérico, sem atentar para a diversidade cultural das mais de 305 etnias presentes em nosso país; o “índio” como alguém que vive na floresta, isolado e nu, subsistindo apenas da caça e da pesca, e aqueles que fogem desse padrão “já não sendo índios”; e o “índio” como ser preguiçoso, que ocupa muitas terras e atrapalha o desenvolvimento da nação, entre outros estereótipos. (COLLET et all 2014, p. 5)

Dessa forma, a aula foi planejada com o intuito de explorar como os estudantes percebem os indígenas e até que ponto têm conhecimento sobre o assunto. Baseando-se no tema "os índios estão acabando" e utilizando o livro "Quebrando Preconceitos" como referência, foi desenvolvida uma aula sobre os povos indígenas no qual foi abordado as etnias indígenas do estado, com foco nos povos Xerentes do qual foi abordado aspectos da cultura, população, modo de vida e pintura corporal, além de promover uma discussão sobre os termos "índio" e "indígena".

Portanto, foi pesquisado quais etnias habitam o estado do Tocantins, onde vivem e sua população. Foi encontrado que oito povos residem na região, entre eles os Karajá, Xerente, Apinajé, Krahô, Avá-Canoeiro, Javaé, Krahô-Kanela e Xambioá.

Como foco de pesquisa maior nos povos xerentes, trago um breve histórico desse povo originário. Os xerente estão habitados à margem direita do Rio Tocantins e estão divididos em duas terras indígenas: terra indígena funil e terra indígena xerente. Com uma população de mais de 4.000 pessoas declaradas indígenas, os xerente enfrentam desafios devido a projetos de grandes empreendimentos em suas terras, como hidrelétricas e usinas. Suas atividades econômicas incluem a caça, coleta, pesca e a produção de artesanato, que se tornaram importantes fontes de renda.

Mas cada um desses grupos enfrentam desafios distintos e oportunidades que moldam suas vidas e culturas. A diversidade e a riqueza cultural dos povos indígenas do estado do Tocantins são um testemunho da complexidade e da importância de suas tradições e modos de vida.

Dando seguimento a aplicação da regência, a aula teve início com uma breve conversa para introduzir os alunos ao conteúdo que seria abordado naquele dia, criando um ambiente de curiosidade e engajamento. Para explorar o conhecimento prévio dos estudantes, a professora fez uma série de perguntas introdutórias que ajudaram a avaliar o nível de familiaridade deles com o tema. As perguntas incluíam: “O que vocês sabem sobre o povo originário do município, os Akwê? Onde e como vivem? Quais são os seus costumes e tradições? O que vocês sabem sobre as pinturas corporais usadas pelos Akwê? Além dos Akwê, quais outras etnias são originárias do estado do Tocantins? ”

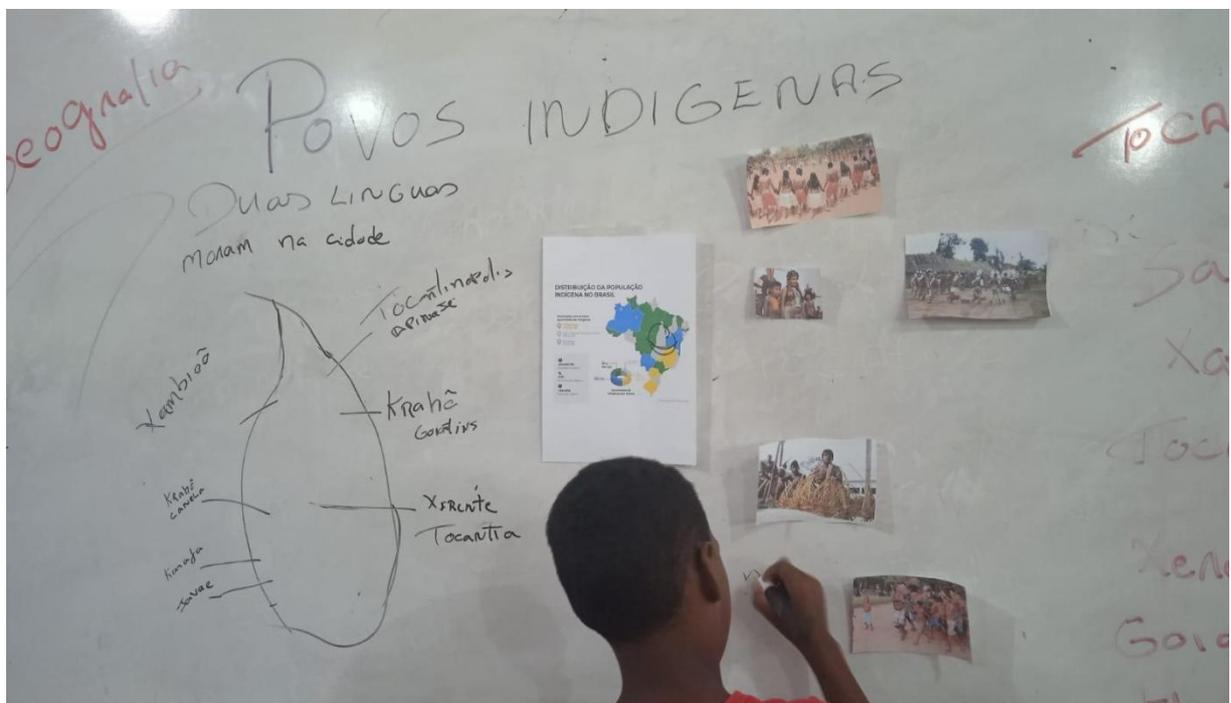
As perguntas iniciais abriram um espaço para que os alunos pudessem compartilhar suas percepções, conhecimentos e impressões sobre os povos indígenas. As respostas variaram bastante, refletindo diferentes níveis de compreensão e preconceitos. Alguns estudantes mencionaram que os Akwê “moram na cidade e no mato”, que “falam duas línguas”, “caçam para comer” e “constroem suas casas com materiais que colhem na natureza”. Nesse sentido,

também surgiram respostas impregnadas de estereótipos negativos e preconceituosos, como: “só andam bêbados”, “te pedem dinheiro e comida” e “matam tudo que acham”.

Esses comentários preconceituosos foram imediatamente abordados pela professora, que aproveitou o momento para discutir e problematizar essas percepções equivocadas. Ressaltando que é fundamental questionar e desconstruir estereótipos que, muitas vezes, são alimentados por desinformação e preconceitos históricos. A professora explicou que essas ideias preconcebidas sobre os povos indígenas não refletem a realidade e que é necessário promover uma compreensão mais justa e respeitosa sobre a diversidade cultural do povo xerente na cidade de Tocantína.

Para enriquecer a discussão, a professora apresentou um mapa do Brasil que ilustrava a diversidade de povos indígenas no país, de acordo com os dados do IBGE de 2022. A partir do mapa, ela destacou a localização do estado do Tocantins e das etnias presentes na região, mostrando a pluralidade de culturas indígenas no estado. Cada vez que uma etnia era mencionada, a estagiária colava uma imagem correspondente no quadro, criando uma linha visual que acompanhava a explanação.

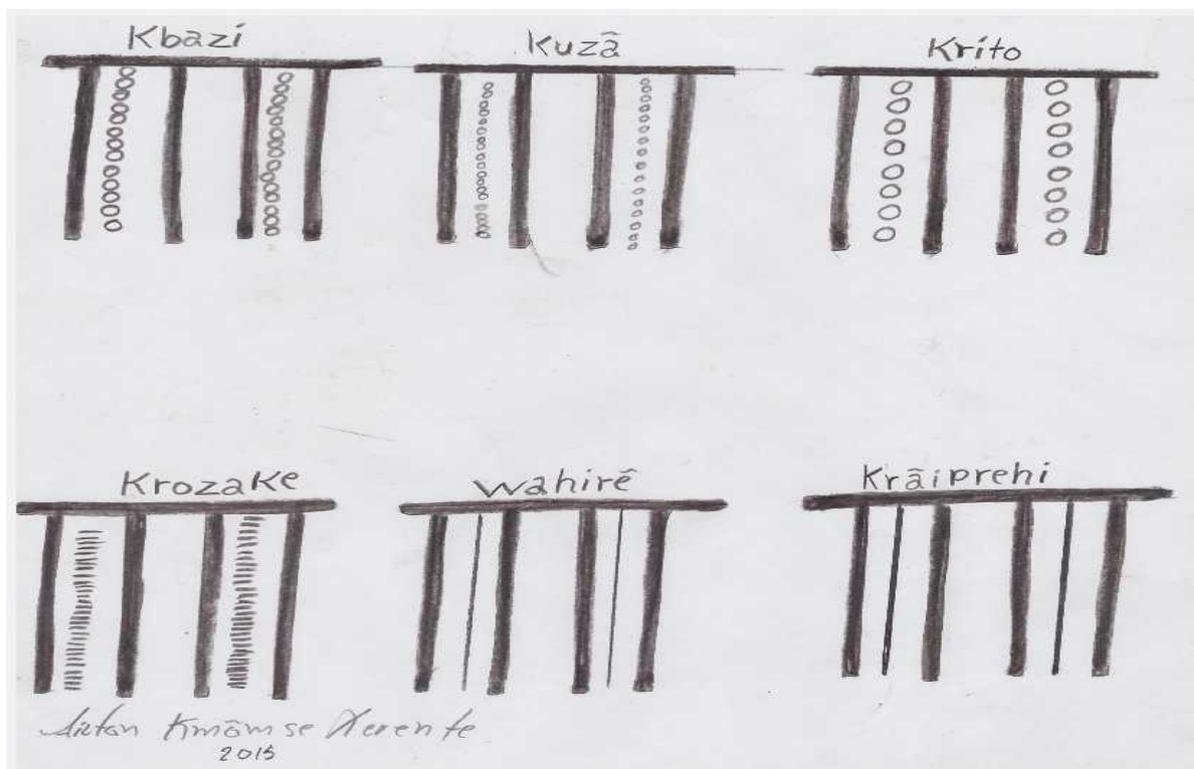
Figura 2 - Exposições de fotos e localização dos povos indígenas





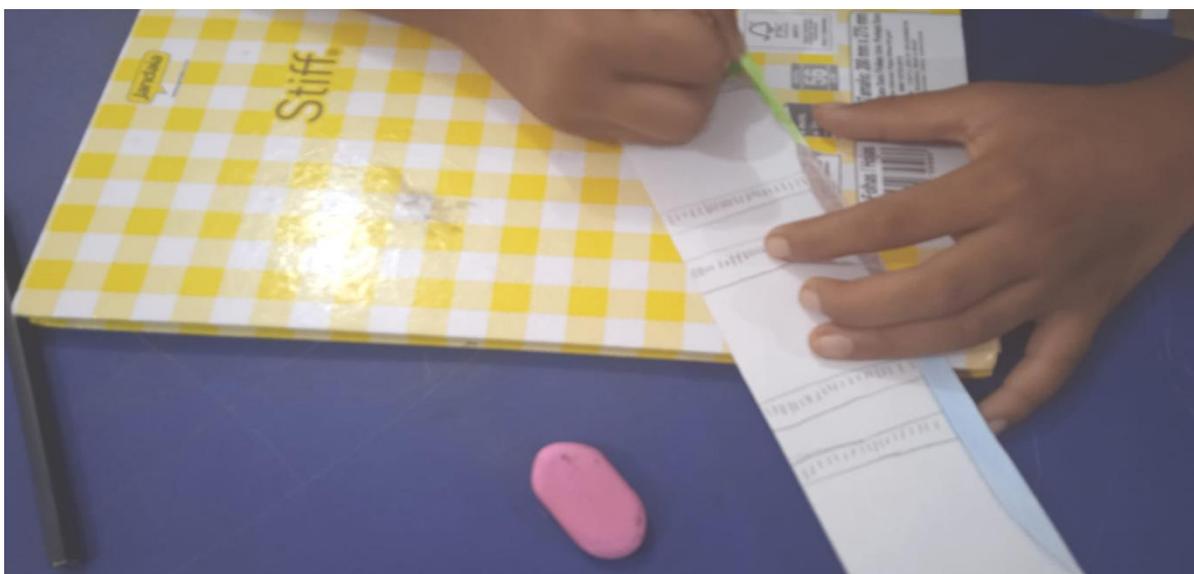
Após as discussões, a atividade proposta foi a confecção de um bracelete com os desenhos dos clãs dos povos Xerentes. Os alunos ficaram responsáveis por escolher um dos seis clãs e fazer suas respectivas figuras.

Figura 3 - Clãs da cultura xerentes



Fonte: registrada pela autora (2024)

Figura 4 - Confeccionando de braceletes com o grafismo xerentes



Fonte: Registrada pela autora (2024)

Figura 5 - Braceletes prontos



Fonte: Registrada pela autora (2024)

### 3.1. Promovendo a continuidade da educação indígena em sala de aula

Entendendo que o aprendizado é algo contínuo e o tema sobre os povos indígenas não pode ser abordado em apenas uma aula, proponho uma sequência didática, para que possa ser pensado em outros mais e assim tornar essa temática cada vez mais presente em sala de aula. Seguindo a aula presenciada em sala e a regência, a sequência didática será uma continuação das atividades realizadas.

#### PLANOS DE AULA

**CONTEÚDO (O assunto que será trabalhado com os alunos, consoante aos objetivos estabelecidos)**

**SEQUÊNCIA DIDÁTICA 1** - Transformações culturais nas comunidades indígenas (sociais, históricas e por influência de genocídio e racismo); Adaptações culturais ao longo do tempo.

**SEQUÊNCIA DIDÁTICA 2** - Conhecimento e práticas de jogos e brincadeiras indígenas.

**SEQUÊNCIA DIDÁTICA 3** - Diversidade da alimentação indígena; conceito de adição; quantidade e medida.

**OBJETIVOS (Descrição do que se pretende alcançar como resultado da ação pedagógica)**

**SEQUÊNCIA DIDÁTICA 1** - Desconstruir a ideia equivocada de que a cultura indígena é estática e mostrar as transformações e adaptações culturais que ocorreram ao longo de histórias de genocídio, colonização e racismo.

**SEQUÊNCIA DIDÁTICA 2** - Desenvolver habilidades motoras e sociais por meio da prática de jogos e brincadeiras tradicionais indígenas, promovendo o respeito à diversidade cultural.

**SEQUÊNCIA DIDÁTICA 3** - Integrar as variedades da alimentação indígena com a matemática, e proporcionar uma aprendizagem interdisciplinar.

**METODOLOGIA (Procedimentos para a realização da proposta)**

**SEQUENCIA DIDÁTICA 1** - A aula será participativa e interativa, abordando a história de genocídio e racismo para combater estereótipos e promover uma visão respeitosa das culturas indígenas. A professora apresentará uma série de imagens que mostram as mudanças nas aldeias indígenas ao longo do tempo, discutindo com os alunos questões como:

- Vocês acham que a cultura indígena mudou ao longo do tempo? Como?
- Como vocês acham que era a vida dos indígenas?
- O que vocês veem nesta imagem?
- Quais mudanças vocês notam nas próximas imagens?

A atividade sugerida é uma linha do tempo em que a sala pode ser dividida em grupo e após ser entregue imagens pré-selecionadas os alunos formaram um cartaz descrevendo as imagens em uma linha do tempo. As imagens devem conter acontecimentos que fizeram com que acontecesse modificações nas terras e cultura indígena indígenas.

**SEQUENCIA DIDÁTICA 2** - Estudar os jogos e brincadeiras indígenas permite aos alunos conhecerem e respeitarem a diversidade cultural do Brasil, compreendendo a riqueza e a importância das tradições dos povos originários. Além disso, a prática dessas atividades favorece o desenvolvimento motor, social e cognitivo das crianças. A proposta dessa aula é fazer com que as crianças conheçam alguns jogos e brincadeiras tradicionais indígenas, como o cabo de guerra, corrida de toras, peteca e jogos com arco e flecha. Se possível confeccionar alguns brinquedos com a turma e logo após proporcionar um momento de lazer com as brincadeiras apresentadas.

**SEQUENCIA DIDÁTICA 3** - Integrar o tema da diversidade da alimentação indígena com a disciplina de Matemática proporciona uma aprendizagem interdisciplinar, enriquecendo o processo educativo. Ao relacionar conceitos matemáticos com a preparação de alimentos tradicionais indígenas, os alunos conseguem visualizar a aplicação prática da matemática no cotidiano, tornando o aprendizado mais significativo e interessante.

- Deverá ser apresentada à turma alimentos tradicionais, consumidos pelos povos indígenas, como; mandioca, milho, peixes, e frutas nativas, se possível levar os alimentos para a sala de aula, pois assim a turma terá contato direto com o alimento, se não, levar vídeos ou imagens impressas.
- Sugerir à turma que prepare o beiju, para isso mostrar o passo a passo do plantio da mandioca e todo processo de como se faz a massa.
- Demonstrar a receita do beiju, destacando as quantidades dos ingredientes (massa, sal, água). Propor que os alunos preparem o beiju na sala de aula, utilizando medidas e realizando cálculos de soma e subtração relacionados às quantidades usadas.
- Finalizar com uma reflexão sobre a importância dos alimentos indígenas na cultura brasileira e como a matemática pode ser usada em contextos do dia a dia.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o princípio, o objetivo deste trabalho era observar o ensino sobre os povos indígenas em sala de aula. A preocupação em repassar ensinamentos tradicionais e preconceituosos me fez questionar como está a aplicação da lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura dos povos indígenas e africanos no currículo escolar.

O trabalho foi desenvolvido através dos estágios supervisionados do curso de Pedagogia, realizado em três escolas, duas na cidade de Miracema e uma em Tocantínia. Nos estágios de Miracema, apesar de ter tido a oportunidade de trabalhar na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I, a temática indígena não foi abordada. Embora tenha sido uma experiência valiosa, não houve um foco específico na diversidade cultural. No entanto, somente relato o último estágio, no qual foi o único a abordar a temática indígena.

É de grande valia comentar que apesar de nenhuma das duas primeiras escolas não abordarem a temática indígena, também não me atentei em levar conteúdo que abrangesse os povos originários para dentro das salas de aulas, através das regências, recordo que em umas das regências a atividade sugerida era elaborar um cartaz sobre as diferenças, isto é, como somos plurais e únicos. E assim tive a oportunidade de comentar sobre os povos indígenas no qual resultou em vários desenhos relacionados aos povos indígenas.

Hoje percebo o quanto nos deixamos levar pela rotina na sala de aula e a estrutura que nos é entregue ao adentrar o ambiente escolar, pois, por mais que um ensino intercultural estivesse sempre em meus pensamentos, ainda assim não apliquei quando tive a oportunidade, deixando isso somente para o último estágio.

A análise das experiências práticas durante os estágios supervisionados revelou a importância de uma abordagem intercultural bem fundamentada no ensino. Embora a temática indígena tenha sido abordada de forma mais efetiva apenas no último estágio, a reflexão sobre as experiências anteriores destaca a necessidade urgente de integrar a diversidade cultural de forma consistente nas práticas pedagógicas.

A ausência de conteúdo intercultural nas duas primeiras escolas e as limitações na aplicação dessa abordagem, mesmo quando presente em minhas reflexões, evidenciam que a teoria e a prática devem estar alinhadas para um ensino verdadeiramente inclusivo.

Em outras palavras, é necessário que o professor integre uma abordagem intercultural em suas práticas pedagógicas, as ideias do professor precisam estar fundamentadas em teorias e pesquisas que sustentem a importância de valorizar a diversidade cultural no ambiente escolar. Dessa forma, a abordagem intercultural se tornará uma parte enraizada da prática docente,

permitindo que o professor aplique essa perspectiva de maneira natural e consistente em suas aulas.

No entanto, ao mencionar a necessidade de uma abordagem intercultural bem fundamentada, não se pretende criticar os professores, que muitas vezes carregam um peso significativo das questões escolares em suas responsabilidades. É fundamental reconhecer o esforço e a dedicação que eles investem em suas práticas.

Nesse sentido, é importante que o docente compreenda a importância de fundamentar sua carreira em questões que ele julga essenciais e necessárias para defender. Ao ter clareza sobre o que considera importante, o professor será capaz de levar essa abordagem para a sala de aula de maneira mais eficaz, contribuindo para uma educação mais inclusiva e respeitosa.

A conclusão do trabalho destaca a necessidade urgente de uma aplicação mais efetiva da Lei nº 11.645/08 no contexto escolar, revelando uma lacuna significativa na abordagem da temática indígena durante os estágios supervisionados.

Para que a implementação da lei seja bem-sucedida, é essencial que escolas, estados e governos trabalhem em conjunto. A vontade individual dos professores e a base teórica por si só não são suficientes para assegurar um ensino de qualidade. É necessário que haja um alinhamento com materiais didáticos apropriados e uma integração consistente dos conteúdos nas práticas pedagógicas. Somente com esse esforço coletivo será possível garantir que a diversidade cultural, incluindo a cultura indígena, seja devidamente abordada e valorizada no ambiente escolar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **LEI 11.645/08 DE 10 DE MARÇO DE 2008**. Diário Oficial da União, poder executivo, Brasília.

BRASIL/MEC. Lei 9.394, **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. – 7. ed. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023

COLLET, Célia. **Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das cultura e histórias dos povos indígenas**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria; Laced, 2013. (Série Traçados, v.3)

FREIRE, José Ribamar Bessa. 2002. **Cinco ideias equivocadas sobre o índio**. Cenesch revista do centro de estudos do comportamento humano, Manaus, v. 1.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam** /. –São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 4)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra,1987.

LIBANEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Editora Cortez -outubro 2006.

LIMA, Maria Do Socorro Lucena. **Estágio e Aprendizagem da Profissão Docente**. Brasília; LiberLivo, 2012. 172p.

NASCIMENTO, José. **História e cultura indígena na sala de aula**. Revista Latino-Americana de História. Vol. 2, nº. 6 – agosto de 2013 – Edição Especial

VEIGA, Ilma Passos da. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.